

Gláucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre **Inclusão 2**



Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805 1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série. CDD 361.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6371928051	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
DOI 10.22533/at.ed.6371928052	
CAPÍTULO 3	23
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928053	
CAPÍTULO 4	31
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
DOI 10.22533/at.ed.6371928054	
CAPÍTULO 5	37
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6371928055	
CAPÍTULO 6	52
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6371928056	

CAPÍTULO 7	64
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928057	
CAPÍTULO 8	76
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge Ana Luiza Barcelos Ribeiro Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.6371928058	
CAPÍTULO 9	84
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6371928059	
CAPÍTULO 10	94
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire Francileide Batista de Almeida Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.63719280510	
CAPÍTULO 11	105
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva, Fernanda Araújo Tavares Sabino Alice Lima da Silva Thayná Souto Batista Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.63719280511	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira Isandra de França Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.63719280512	

CAPÍTULO 13 122

EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Luandson Luis Da Silva
Samilly dos Santos Bernardo Luis
Joel Nunes De Farias
Aldair Viana Silva de Alcaniz
Nadjeana Ramalho da Silva
Elaine Cristina Meireles Silva
Elenith Jussier de Lima Silva
Ivanildo Severino da Silva
Hosana Souza de Farias

DOI 10.22533/at.ed.63719280513

CAPÍTULO 14 134

EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA

Priscilla Cabrera Huichalaf
José Guillermo Reyes Rojas

DOI 10.22533/at.ed.63719280514

CAPÍTULO 15 142

FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS

Polliana Barboza
Fernando Rodrigues Tavares

DOI 10.22533/at.ed.63719280515

CAPÍTULO 16 152

ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS

Ana Cristina Silva Soares

DOI 10.22533/at.ed.63719280516

CAPÍTULO 17 163

GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Amanda Drzewinski de Miranda
Eliza Ribas Gracino
Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro
Sani de Carvalho Rutz da Silva

DOI 10.22533/at.ed.63719280517

CAPÍTULO 18 178

INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES

Walkiria de Fátima Tavares de Almeida
Daniel González González

DOI 10.22533/at.ed.63719280518

CAPÍTULO 19	187
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva Allan Kardec Alves da Mota Karla Janaina Barbalho Maciel Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280519	
CAPÍTULO 20	199
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280520	
CAPÍTULO 21	210
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280521	
CAPÍTULO 22	215
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana Elidiane Lemos do Nascimento Michele Santana de Oliveira Elisnando Correia Ferreira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280522	
CAPÍTULO 23	226
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio Stenio de Brito Fernandes Geraldo Mendes Florio Magnólia Maria Oliveira Costa Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280523	
CAPÍTULO 24	236
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida Judith Perez Ferreira Pedro Humberto Faria Campos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280524	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	248

O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA

Maria Leonilde da Silva

Aluna do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba-Campina Grande-PB

Allan Kardec Alves da Mota

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba-Campina Grande-PB

Karla Janaina Barbalho Maciel

Prefeitura Municipal de Juripiranga- -PB

Cátia Silene da Silva Araújo Pereira

Prefeitura Municipal de Juripiranga -PB

RESUMO: A população brasileira é formada basicamente pela miscigenação entre três grupos humanos: indígenas, europeus (portugueses) e africanos. Portanto, nossa história político-social, nossa cultura e tradições têm a marca e a influência desses três povos. Essa mistura está presente em todos os aspectos e espaços que permeiam nossa sociedade, na escola não é diferente. Contudo, a percepção dessa miscigenação não nos impede de vivenciarmos muitas situações e atitudes de preconceito e discriminação racial para com esses povos, tanto no âmbito escolar quanto fora dele. Desse modo, acreditamos que o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira venha a contribuir não apenas para o reconhecimento do sujeito sobre a importância desses povos na construção de nossa identidade sócio-histórica,

mas especialmente para a formação de sujeitos empáticos, que lutam para diminuir ou evitar atitudes preconceituosas e discriminatórias dentro e fora da escola.

PALAVRAS CHAVE: Identidade, educação, cultura, relações étnico-raciais, preconceito.

ABSTRACT: The Brazilian population is basically formed by the miscegenation between three human groups: indigenous, European (Portuguese) and African. Therefore, our political-social history, our culture and traditions have the mark and influence of these three peoples. This mixture is present in all aspects and spaces that permeate our society, in school is no different. However, the perception of this miscegenation does not prevent us from experiencing many situations and attitudes of prejudice and racial discrimination towards these peoples, both at school and abroad. Thus, we believe that the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture will contribute not only to the subject's recognition of the importance of these peoples in the construction of our socio-historical identity, but especially to the formation of empathic subjects, who strive to reduce or avoid discriminatory and prejudicial attitudes both within and outside of school.

KEYWORDS: Identity, education, culture, ethnic-racial relations, prejudice.

1 | INTRODUÇÃO

A instituição da Lei 10.639/03 modificou a lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) de 1996 e tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos educacionais públicos e privados do país, no ensino fundamental e médio e em todas as disciplinas, mas especialmente nas disciplinas de arte, história e literatura brasileira. A lei foi um grande passo na tentativa de diminuir os preconceitos ocorridos na escola. Entretanto, passados 15 anos, percebemos que a referida lei está muito distante de ser cumprida, haja vista as muitas situações de racismo e discriminação racial que ainda permeiam as relações sociais entre os sujeitos escolares.

Sendo a escola um espaço que congrega diversos sujeitos e diferentes saberes, ofertar o ensino da história e cultura dos afro-brasileiros contribui não apenas para o reconhecimento sobre a importância destes povos na construção da história do nosso país, mas acreditamos que possa contribuir especialmente para a formação de sujeitos mais empáticos, que ajudem a diminuir atitudes de preconceito e discriminação, que valorizem seu legado histórico e de seus antepassados, que venham a pensar e lutar por uma sociedade mais justa e humana.

Desta feita, pretendemos discutir a importância da escola na efetivação dos conteúdos sobre esses povos, e sua contribuição para oportunizar mudanças de mentalidades e de comportamentos, no que concerne ao ensino para as relações étnico-raciais, bem como a importância da formação docente no sentido de engajar o professor na luta contra o preconceito e a discriminação racial.

Desse modo, entendemos a relevância desses conteúdos não apenas como cumprimento de uma política pública de reparação aos afro-brasileiros por tantos anos de injustiça, marginalização e desrespeito a que foram submetidos, mas por compreendermos ser imprescindível a inserção desses povos e sua história no contexto político, social e educacional brasileiro. “Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira” (BRASIL, 2013, p. 499).

Partindo dessa perspectiva, pensamos que o acesso dos educandos a essa temática permitirá a compreensão dos processos que constituem a nossa sociedade, porque estes se perceberão como sujeitos pertencentes a ela e darão suas contribuições para diminuir ou evitar preconceito e discriminação nos diferentes contextos em que estão inseridos.

Assim, a construção de uma identidade coletiva do sujeito perpassa antes de tudo, pela construção de sua identidade individual, isso só será possível a partir do momento em que os educandos conhecerem sua história, para que assim possam valorizá-la e respeitá-la, compreendendo-a como parte de si mesmo, daquilo que fazem e do que são.

2 | METODOLOGIA

Para que este trabalho pudesse ser realizado nos debruçamos em vasto material bibliográfico, na intenção de obter o suporte teórico que possa referenciá-lo. Entendemos assim, que esta é uma pesquisa bibliográfica, o que segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183) se apresenta como:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Desta feita, a pesquisa bibliográfica contribui para a elaboração de novos conceitos e o aprimoramento dos conhecimentos já acumulados, oportunizando a partir das leituras realizadas, a construção e aquisição de novos conhecimentos.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, vimos na pesquisa bibliográfica o ponto de partida para responder a nossas indagações e elaborar novos pensamentos e reflexões acerca do trabalho aqui apresentado. Ressignificando o nosso aprendizado e o uso que fazemos dele.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A importância da escola no combate ao preconceito

A educação, de acordo com o 2º artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Segundo LIBANEO (2018, p. 29):

[...] compreende-se a educação escolar como uma prática social de formação humana cujos objetivos convergem para a democracia e a justiça e que ela só se concretiza pelo provimento das condições efetivas de formação e desenvolvimento científico, cultural, ético-político e afetivo das crianças e jovens, principalmente pertencentes aos segmentos empobrecidos.

Partindo desse pressuposto, percebemos que as funções da escola são muitas. Entretanto, educar para a prática da democracia e o exercício da cidadania são imprescindíveis se quisermos construir uma sociedade mais justa e igualitária, porque

envolve a luta não só pelos direitos individuais de cada um, mas também pelos direitos do outro.

Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a, e da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão – tarefa necessária, ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo voltado para a cidadania, uma vez que tanto a desvalorização cultural – traço bem característico de país colonizado – quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos; portanto, para a própria nação (PCNs, 2000, p. 21).

Assim, compreendemos a implementação da Lei 10.639/2003 nos espaços escolares como um importante chamado para reparar as injustiças e marginalizações que acompanham o povo negro e seus descendentes desde sua chegada ao nosso território. Bem como acreditamos que o conhecimento acerca de quem são e do que fizeram, contribua para que estes povos sintam-se pertencentes à sociedade brasileira, tanto como indivíduos quanto grupo social responsável pela formação do povo brasileiro em todos os seus aspectos e nuances.

A referida lei se configura como uma política afirmativa, fruto da luta do movimento negro na tentativa de inserir esses sujeitos em seus lugares de direito e de fala, haja vista as tantas vezes e momentos em que foram silenciados, esquecidos e renegados.

O movimento negro vem resgatando a sabedoria do conhecimento, da cultura africana no Brasil, sua crítica implícita à sociedade de consumo e ultrapassagem das divisões sexuais, como a polifonia erótica dos orixás e tendo a expressão musical e corporal mais que superestrutura, e sim linguagem de comunicação que ressalta o valor do lúdico (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006, p. 35).

E ainda:

[...] se entendemos que conhecer a nossa história e herança faz parte do processo de formação dos sujeitos sociais e se reconhecemos que uma parte significativa da nossa formação histórica e cultural referente à África e a cultura afro-brasileira não tem sido trabalhada a contento pela escola, só poderemos confirmar a importância da inclusão dessa discussão no currículo escolar, mesmo que seja pela força da lei (GOMES, 2010, p.71).

Diante de um contexto social onde as relações humanas reproduzem atitudes racistas, de desrespeito e discriminação, - propagadas ao longo de nossa história-, dentro e fora do âmbito escolar, faz-se necessário discutir temáticas que venham a contribuir para o conhecimento do educando acerca de sua história social, cultural e política, ou seja, o conhecimento sobre si mesmo, passando a partir daí a valorizar-se e a valorizar o outro. E assim essas relações possam ser (re) construídas com base no respeito ao outro e sua subjetividade.

A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar porque é o espaço em que se dá a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras

do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta a criança conhecimentos sistematizados sobre o país e o mundo, ...] e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno das questões sociais (PCNs, 2000, p. 23-24).

Desta feita, é preciso que se construa na escola junto ao estudante uma mentalidade que valorize o coletivo, que respeite a diversidade de sujeitos que compõem aquele espaço e que o leve a pensar em conviver em um ambiente fraterno, inclusivo e justo. Pensando que esse comportamento pode se expandir para além das paredes da escola, pois cada indivíduo é um ser social, histórico e participa do meio (a escola, a família, a comunidade) em que vive de diferentes maneiras e em diversos momentos.

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, a conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para a consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2013, p. 501).

Assim, destacamos a importância da escola e dos professores na divulgação desses conhecimentos e na tentativa de oportunizar a formação de pessoas que conhecem, valorizam e respeitam suas raízes históricas, tentando combater os preconceitos raciais que estão presentes em suas relações humanas nos diferentes contextos sociais.

Por sabermos da importância da escola e dos saberes por ela transmitidos para promover mudanças significativas no âmbito individual e também social, acreditamos que o ensino da história e cultura africana e dos afrodescendentes oportunizará a formação dos estudantes enquanto cidadãos e sujeitos sociais, capazes de respeitar e conviver com a pluralidade de sujeitos, de crença e de cultura que os rodeia.

A esse respeito os PCNs destacam:

Para contribuir nesse processo de superação da discriminação e de construção de uma sociedade justa, livre e fraterna, o processo educacional há que tratar do campo ético, de como se desenvolvem atitudes e valores, no campo social, voltados para a formação de novos comportamentos, novos vínculos, em relação àqueles que historicamente foram alvo de injustiças, que se manifestam no cotidiano (2000, p.22- 23).

Considerando a mestiçagem presente no ambiente escolar, assim como na sociedade brasileira como um todo, faz-se necessário pensar como os conteúdos que versam sobre a história e a cultura africana e de seus descendentes aqui no Brasil, estão sendo trabalhados na escola e se estão contribuindo para uma aprendizagem significativa no sentido de oportunizar o respeito e a valorização as diferenças que permeiam o espaço escolar.

A proeminência do estudo de assuntos decorrentes da história e cultura afro-

brasileira e africana, deve ser componente dos estudos do cotidiano escolar, uma vez que os alunos devem educar-se enquanto cidadãos participativos em uma sociedade multicultural e pluriétnica, tornando-se capazes de construir uma prática democrática (HAMZE, 2015).

Reconhecer e respeitar o outro em toda a sua diversidade, bem como lutar pela inserção de toda pessoa no conjunto social ao qual ela pertence e perceber cada ser humano como um sujeito de direitos é um passo muito importante para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Esse reconhecimento perpassa pela escola, haja vista esse ser um espaço que congrega diversos indivíduos, tanto física, emocional quanto cognitivamente.

[...] as identidades sociais tem caráter fragmentado, instável, histórico e plural. Serão as diferenças e semelhanças individuais dos alunos, seus conflitos de valores, necessidades de reconhecimento recíproco com seus pares e julgamentos de imagem de si e dos outros que balizarão a constituição dos diversos grupos no espaço escolar e, simultaneamente, a de suas próprias identidades (CARVALHO, 2012, p. 216).

A esse respeito Garcia (2010) pontua:

Os padrões de uma identidade coletiva passam pela construção de uma identidade pessoal e cognitiva definida em termos preponderantemente psicológicos: “aprender a aprender”, para desenvolver “competências” necessárias a provisoriedade de um mundo em constante transformação (GARCIA, 2010, p. 451).

Desta feita, é imprescindível que a escola procure através de seu currículo e material didático oportunizar aos educandos os conteúdos referentes à história e cultura africana e afro-brasileira, contribuindo para a construção de sua identidade individual e coletiva, para o (re)conhecimento a respeito de sua história ancestral e sua cultura. A partir daí, acreditamos que esses educandos possam se aceitar e aceitar os diferentes sujeitos que estão ao seu redor e com quem convive não apenas na escola, mas nos diversos contextos sociais em que se insere.

É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos (SANTOS, 2001, p. 107).

Como podemos perceber, a escola tem um importante e urgente papel a cumprir no sentido de contribuir para uma educação que receba e perceba todos os envolvidos no processo educacional, de modo que aqueles que a fazem não podem se isentar da responsabilidade de lutar por uma educação que seja além de inclusiva, transformadora de mentalidades e comportamentos.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Tem que desfazer mentalidade racista e discriminatória secular, superando etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos

Considerando a importância da escola e da educação formal como caminhos para uma transformação social que inclua todos os indivíduos, esta é uma luta mais do que necessária e imprescindível para ressignificar a nossa história e oportunizar a construção de uma sociedade mais igualitária.

A formação docente para o ensino das relações étnico-raciais

Para que o ensino da história e cultura afro-brasileira contribua para a formação de sujeitos conhecedores de sua herança histórica e que lutam juntos por igualdade de direitos e justiça social, se faz necessário investir na formação docente. Pois devemos pensar que apenas a boa vontade da escola e de seus/suas professores/as não dará conta de ofertar esses conteúdos e assim propiciar o ensino referente aos africanos e seus descendentes, tampouco garantir as mudanças pretendidas no sentido de evitar o preconceito e a discriminação racial no espaço escolar.

Segundo Gomes (2008, p. 74-75 apud Coelho et al., 2015, p.119):

No Brasil, a educação, de modo geral, e a formação de professores, em específico – salvo honrosas exceções –, são permeadas por uma grande desinformação sobre a nossa herança africana e sobre as realizações do negro brasileiro da atualidade. Ainda quando se fala em África na escola e até mesmo no campo de pesquisa acadêmica reporta-se mais ao escravismo e ao processo de escravidão.

A temática da formação docente traz vários questionamentos, pois muitos acreditam que o/a professor/a é capaz de lidar com as diferentes demandas que lhe são apresentadas, no entanto, este profissional não sabe de tudo, e são muitas as questões com as quais precisa lidar cotidianamente, muitas vezes sem dispor de suporte material, teórico ou prático para solucioná-las.

Considerando seus próprios saberes, suas vivências e as experiências de vida acumuladas ao longo do tempo somadas a todo o artefato que contribuiu para a sua formação, tudo isso pode ajudar ou não na realização de seu trabalho cotidiano. Haja vista o docente ser um sujeito histórico e social com sua própria história de vida e suas subjetividades, que de certa maneira influenciam em sua atividade docente.

Segundo Oliveira (2014, p. 451);

A sociedade contemporânea demanda que os estabelecimentos e seus docentes estejam em condições de levar em conta eficazmente seus alunos, vindos de meios sociais e linguísticos diferentes, de lutar realmente contra o fracasso escolar, de se mostrar sensíveis às questões culturais, de igualdade de sexo, de estimular a tolerância e a coesão social, entre outras demandas. Para responder às exigências da sociedade e da economia do saber, os docentes devem também estar em condições de desenvolver a autonomia dos alunos e o seu interesse em seguir aprendendo ao longo da vida.

Como podemos perceber não é tão simples para o/a professor/a lidar com tantas questões referentes não somente ao processo ensino-aprendizagem, mas praticamente

a tudo que envolve o seu alunado. De modo que a formação deve lhe dar o suporte teórico necessário para a efetivação de seu trabalho, haja vista a importância de se aliar teoria e prática, unindo a ação docente a reflexão acerca do trabalho realizado e suas implicações.

Desta feita, deve-se pensar numa formação inicial e continuada que de fato venha a oportunizar a significância do/a professor/a dentro da escola, que garanta sua valorização pessoal e profissional, e lhe ofereça condições dignas de trabalho. Pensamos que isso vai refletir na atuação desse profissional e na aprendizagem e rendimento dos alunos.

Para Oliveira (2014, p.450), “[...] esses profissionais vivem processos de desqualificação e desvalorização em consequência de políticas públicas que têm expandido a cobertura escolar, sem garantir as necessárias condições para o bom desempenho das atividades profissionais nas escolas”. Muitas vezes o/a professor/a é responsabilizado/a pelo chamado fracasso escolar, mas nem sempre lhe são dadas oportunidades e condições de ser um agente de transformação.

É praticamente impossível para o/a professor/a lidar sozinho ou sem formação com questões tão subjetivas. Ainda mais se levarmos em conta a descontinuidade das políticas educacionais brasileiras, ou seja, ao menor sinal de erro ou insucesso, uma política é abolida ou substituída por outra sem que se pense e veja de fato seu avanço ou retrocesso. Acerca disso Saviani (2008, p.11) afirma que “[...] a outra característica estrutural da política educacional brasileira [...] é a descontinuidade”.

Sendo assim, a fragmentação dessas políticas públicas, aliada as condições de trabalho e salarial, a realidade sociocultural de muitas escolas e comunidades, acabam por provocar uma desqualificação e uma desvalorização profissional que refletem diretamente no desempenho do/a professor/a e conseqüentemente do/a aluno/a, e mais ainda, na forma como o/a professor/a se percebe dentro do contexto social e educacional brasileiro.

A política de formação docente deve ser pensada no sentido de ajudar o/a professor/a a conduzir o seu trabalho de modo a garantir tanto a aprendizagem do educando, quanto o reconhecimento de sua importância ao longo desse processo, oferecendo os subsídios e suportes necessários a realização de sua prática. Candau (2015, p.34) defende que as políticas educativas:

[...] sejam inspiradas em valores humanos fundamentais; que enfatizem a dimensão ética, a necessidade de destinar recursos e esforços que favoreçam a qualidade da educação para todos e todas, especialmente os grupos excluídos e discriminados nas nossas sociedades; que reconheçam a diversidade cultural e recuperem uma visão das múltiplas dimensões e setores inerentes aos problemas educativos.

Uma busca nos cursos oferecidos em algumas universidades brasileiras no tocante ao ensino da História e cultura e afro-brasileira nos mostra que pouquíssimas universidades oferecem curso específico nessa área. Em nível de especialização

foram encontrados apenas na Universidade Estadual da Paraíba (Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil); Universidade Federal do Pampa (Especialização em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e indígena). Cursos com a mesma temática ou semelhantes são oferecidos por portais educacionais ou fundações a exemplo do Mundial Educação e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o primeiro como especialização e o segundo extensão. Nesses dois últimos casos os cursos são pagos, nem sempre o professor pode fazer esse investimento.

Todos nós sabemos que a Educação é um direito social. E colocá-la no campo dos direitos é garantir espaço à diferença e enfrentar o desafio de implementar políticas públicas e práticas pedagógicas que superem as desigualdades sociais e raciais. Essa é uma questão que precisa ser levada a sério pelo/as educadores/as e formadores/as de políticas educacionais (GOMES, 2001, p.84).

É preciso pensar na importância do docente para o sucesso do processo ensino-aprendizagem, vendo-o como alguém que precisa e deve estar sempre aprendendo, - pois a aprendizagem é constante em nossas vidas -, e assim oferecer as condições e oportunidades necessárias para a efetivação desse aprendizado.

E mais, o docente não é um mero transmissor de conhecimentos e saberes, ele tem um papel imprescindível na construção de uma sociedade melhor, pois como cidadão e sujeito de direitos precisa situar-se dentro de um contexto que busque a transformação individual e coletiva condizentes com o trabalho que realiza. Para Candau (2008, p. 83),

Um ponto de partida que consideramos fundamental é não se conceber o papel dos educadores como meros técnicos, instrutores, responsáveis unicamente pelo ensino de diferentes conteúdos e por funções de normalização e disciplinamento. Devem ser vistos como profissionais e cidadãos e cidadãs, mobilizadores de processos pessoais e grupais de natureza cultural e social.

Considerando o papel do/a professor/a da educação básica nesse contexto de mudanças e necessidades atuais, faz-se necessário pensar de que forma esse/a professor/a está sendo formado inicialmente, pois essa formação deve coadunar esforços no sentido de fazer com que o docente sinta-se valorizado e ao mesmo tempo capaz de exercer seu trabalho em sala de aula.

Nessa conjuntura, faz-se necessário pensar na formação docente como base para a atuação do/a professor/a em sala de aula, bem como possibilidade de construção de sua identidade profissional, oportunizando a sua valorização e qualificação social e pessoal. Uma formação que contribua de forma efetiva para mudanças de mentalidade individual e coletiva, que venha a promover a ressignificação da escola e do trabalho que é chamada a realizar frente às constantes transformações culturais, sociais e políticas do nosso tempo. Segundo

GOMES (2001, p.93):

Não se pode pensar em uma educação que contemple a cidadania se partimos do pressuposto de que as questões colocadas pela população negra, pelas mulheres, pelos portadores de necessidades especiais devem ser tratadas pela escola simplesmente para atender à reivindicação desses sujeitos. Mais do que isso, é preciso garantir a equidade social. Discutir direitos civis.

Assim, deve-se pensar para além da sala de aula, que cidadãos estamos ajudando a formar, de que maneira estes influenciarão ou contribuirão para as transformações do mundo a sua volta e de sua própria realidade como ser social. Portanto, devemos considerar a importância dos conteúdos previstos na lei 10.639/03, não apenas como um cumprimento desta, mas, sobretudo como caminho para ressignificar a nossa história e do nosso povo. Isso se faz necessário se quisermos empreender a mudança que pretendemos em nossa sociedade por meio da educação, pois de acordo com Mészáros (2008, p. 76), “a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora”.

4 | CONCLUSÕES

Considerando os inúmeros desafios e percalços que enfrentamos no tocante as questões raciais tanto na escola quanto fora dela, faz-se necessário pensarmos de que modo à escola e os professores podem atuar de modo a diminuir ou superar esses desafios, especialmente para aqueles que sofrem algum tipo de preconceito ou discriminação racial. Acreditamos que uma das formas de reparar as injustiças contra esses povos é trabalhar os conteúdos referentes à temática aqui apresentada a partir dos anos iniciais do ensino fundamental, considerando a maturidade e desenvolvimento educacional do estudante.

Desta feita, estará a educação contribuindo não apenas para a inserção desses povos na história brasileira, mas, sobretudo oportunizando a valorização e o reconhecimento destes como sujeitos sociais, como formadores do nosso povo e dos elementos que nos identificam como nação brasileira. Aproximando os estudantes da história de seus antepassados, fazendo-os se reconhecer e se identificar com o que estão vendo e conhecendo, construindo a partir daí a sua própria história pessoal e social.

A escola e a educação como um todo, não podem fugir a sua responsabilidade no que concerne a contribuição que devem dar a fim de transformar realidades e provocar mudanças que venham de fato a garantir que todos se sintam incluídos e aceitos na escola, utilizando-se desse espaço e dos diversos momentos de aprendizagem para desenvolver relações de respeito, afeto, empatia e reconhecimento do outro.

Acreditamos que o ensino da história e cultura dos povos africanos e seus descendentes irá oportunizar a divulgação dos feitos do nosso povo e a ampliação do conhecimento que temos sobre quem somos, em que bases fomos construídos como nação e como sociedade brasileira. Esse é um importante passo na construção de

uma identidade coletiva e uma sociedade mais justa para todos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; Mary G. **Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf> Acesso em 15 maio 2018.
- AFONSO, Almerindo Janela. **Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação**. Revista de Educação, n.22. pp. 35-46. Jan/Fev/Mar/Abril, 2003.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL (1996), LDB – Lei 9.394/96. Estabelece Leis, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Brasília, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm Acesso em: 02 maio 2018.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2013.*
- CANAU, Vera Maria. Formação continuada de professores/as: questões e buscas atuais. In: **Educação: temas em debate**/organização Vera Maria Candau, Susana Beatriz Sacavino. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: 7letras, 2015.
- CANAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. In: WERNECK, Hamilton, 1942 – **Educação em direitos humanos**/ Suzana Sacavino e Vera Maria Candau. – Petrópolis (RJ): DP et Alli Editora, 2008.
- CARVALHO, Leandro. **Lei 10.639/03 e o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana**. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm> Acesso em: 12 maio 2018.
- CARVALHO, Mauro. **A construção das identidades no espaço escolar**. Revista reflexão e Ação, n.20, n1, p. 209-227, jan./jun.2012.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baia; SANTOS, Raquel Amorim. Política curricular e relações raciais no Brasil: entre textos e discursos. In: **Educação, história e relações raciais: debates em perspectiva**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.
- GARCIA, Maria Manuel Alves. **Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos**. Revista brasileira de educação, v.15. n.45. pp. 445-455. Set/Dez. 2010.
- HAMZE, Amélia. **História e cultura afro-brasileira**. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/historia-e-cultura-afro-brasileira.htm> Acesso em: 05 maio 2018.
- FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. [Tradução Isa Tavares]. – 2. ed.- São Paulo:

Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, João. **Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas-politicas-publicas-inclusao-social.htm> Acesso em: 15 maio 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os docentes no Plano Nacional de Educação: entre a valorização a de profissionalização. **Retratos da escola**- Dossiê: PNE 2014-2024: desafios para a educação brasileira, Brasília, v.8, n.15, julho a dezembro de 2014, p.447.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, MEC, vol. 10, 2000.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Glaucia Wesselovicz - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-363-7

